



Estratégia
OAB

15° SIMULADO

OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-24-10>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Rogerinho, advogado, precisava comunicar-se com magistrado em sala de trabalho, que se recusou a recebê-lo, afirmando que Rogerinho não havia marcado hora e que, portanto, não poderia dirigir-se aos magistrados naquele momento.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e a OAB, Rogerinho:

- a) Não poderia dirigir-se aos magistrados na sala de trabalho sem agendar horário, pois há hierarquia entre advogados e magistrados.
- b) Pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que o magistrado seja seu superior hierárquico.
- c) Não pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que não exista hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público.
- d) Não teve seus direitos como advogado respeitados, pois é direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário marcado ou qualquer outra condição.
- e) É direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário marcado, observando-se a ordem de chegada, desde que agendado dia e mês.

Questão 2

Luis Eduardo é estudante de Direito. Ao ingressar nos últimos anos do curso, ele iniciou estágio em famoso escritório de advocacia em São Paulo.

Inscrito nos quadros de estagiários da OAB, Luis Eduardo passa a, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, desempenhar diversas funções.

Considerando o Estatuto e o Regulamento da OAB, Luis Eduardo poderá isoladamente e sob a responsabilidade do advogado:

- a) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- b) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos apenas de processos findos.
- c) assinar petições de juntada de documentos a processos administrativos, mas não de processos judiciais.
- d) prestar consultoria, assessoria e direção jurídicas.

Questão 3

A advogada Tamires, lactante, ao ingressar no TJMG, procurou uma vaga especial para estacionar seu carro, entendendo que teria direito à reserva de vaga. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Tamires tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
- b) Tamires tem reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) Tamires tem direito a entrar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- d) Tamires, por ser lactante, não tem mais direito a ter acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

Questão 4

Rodrigo é advogado de Priscila. Rodrigo violou, sem justa causa, sigilo profissional.

Neste caso, como sanção disciplinar, poderá ser aplicada:

- a) Censura
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Advertência, em ofício reservado, com registro nos assentamentos do inscrito, independentemente de estar presente circunstância atenuante.

Questão 5

Dra. Biju, após alguns embates jurídicos com colegas de trabalho acerca dos deveres e direitos dos advogados, realiza consulta de matéria ético-disciplinar perante o Tribunal de Ética e Disciplina. Nesta situação,

- a) será designado relator, por sorteio, para no prazo de 10 (dez) dias elaborar o seu parecer, apresentando-o na primeira sessão seguinte, para deliberação.
- b) será designado relator pelo Presidente do Tribunal, e no prazo de 15 (quinze) dias deve elaborar o seu parecer, apresentando-o na sessão seguinte.
- c) será designado relator pelo Presidente do Conselho Federal, e no prazo de 5 (cinco) dias deve elaborar o seu parecer, apresentando-o na sessão seguinte.
- d) o Presidente do Conselho competente ou, conforme o caso, o do Tribunal de Ética e Disciplina, proferirá despacho no prazo de 10 (dez) dias.

Questão 6

O Conselho Seccional “X” pretende alienar alguns bens imóveis, bem como adquirir outros com maior funcionalidade para os projetos em andamento. Nesta hipótese retratada,

- a) a aquisição do bem imóvel compete à Diretoria do Conselho Seccional decidir; já a alienação dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- b) a aquisição e alienação de bem imóvel dependerá de autorização da maioria dos membros efetivos do Conselho Seccional.
- c) a aquisição e alienação de bem imóvel compete à Diretoria do Conselho Seccional decidir.
- d) a aquisição do bem imóvel compete à Diretoria do Conselho Federal decidir; já a alienação dependerá de autorização, por maioria absoluta, dos membros efetivos do Conselho Seccional.

Questão 7

Instaurou-se de ofício um processo disciplinar perante a recém-advogada, Dra. Dondoquinha, em razão de uma atitude aética por ela cometida em audiência trabalhista. Inconformada com os tramites iniciais do processo, a advogada consulta colegas de trabalho para fins de verificar a legalidade.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) A instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea ou em virtude de comunicação da autoridade competente.
- b) A instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á apenas em virtude de fato aético, e por comunicação da autoridade competente.
- c) A instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea, esta que poderá ser anônima.
- d) O processo disciplinar instaura-se apenas mediante representação do interessado, sendo vedada sua instauração de ofício.

Questão 8

Dra. Priscilha pretende concorrer a uma vaga nas eleições nos órgãos da OAB, a ser realizada na segunda quinzena do mês de novembro. Com fulcro no Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a alternativa correta:

- a) O mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- b) O mandato em qualquer órgão da OAB é de dois anos, iniciando-se em primeiro de março do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- c) Os conselheiros federais eleitos iniciam seus mandatos em primeiro de março do ano seguinte ao da eleição.

d) Quanto a eleição da Diretoria do Conselho Federal, o requerimento de registro deverá vir acompanhado do apoio de, no mínimo, três Conselhos Seccionais.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

“Sua perfeição abstrata é seu defeito prático” Edmund Burke referia-se aos direitos humanos declarados pela Revolução Francesa. Quanto à crítica burkeana é CORRETO afirmar:

- a) Ao se discutir alimentos ou medicamentos, a questão que se coloca é o reconhecimento formal do direito.
- b) O desafio do governo é encontrar soluções jurídicas para os problemas humanos.
- c) A política deve ser construída do abstrato para o concreto, de modo que a política abstrata seja capaz de resolver os defeitos práticos.
- d) Se não forem associadas a situações concretas, políticas e direitos declaram uma irrealidade.

Questão 10

Quanto ao ordenamento jurídico, é CORRETO afirmar:

- a) É hierarquizado porque as normas federais são superiores às estaduais.
- b) É fragmentado porque existem vários ramos do direito com princípios diferentes.
- c) É estruturado em repertório porque deve ser analisado a partir de cada norma que forma o todo.
- d) É estático e dinâmico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O Município Beta, diante do aumento da demanda por serviços públicos de saúde, decidiu firmar contrato com a iniciativa privada (prestadora de serviços hospitalares), a qual passaria a integrar o Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o previsto na CRFB/88 sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) O contrato estabelecido encontra-se em plena constitucionalidade, podendo a entidade, a partir do momento em que passar a fazer parte do SUS, contar com auxílios e subvenções públicos.
- b) O Município Beta não poderia ter firmado o contrato mencionado, já que o SUS possui chefia centralizada na União, à qual compete estabelecer convênios com entidades privadas.

- c) A sociedade empresária poderá participar do SUS, mas apenas de forma complementar, sendo vedado, ainda, o recebimento de recursos públicos.
- d) O contrato é inconstitucional, já que a Constituição proíbe a participação de entidades com fins lucrativos no SUS.

Questão 12

Seu João, morador de um sítio no interior de Minas Gerais, recebeu uma notificação de que a empresa concessionária de seu município realizaria a exploração de jazidas minerais em suas terras. Considerando abusiva a interferência em sua propriedade, João impediu que os trabalhadores da empresa adentrassem o local. Com base no que determina a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Seu João não poderia impedir a exploração das jazidas pela empresa concessionária, embora detenha o direito de participação no resultado da lavra.
- b) A exploração das jazidas poderia ser realizada desde que autorizada por Seu João, mas, nesse caso, o resultado da lavra caberia integralmente à empresa concessionária.
- c) O município não poderia delegar a exploração das jazidas, a qual deve ser feita de forma direta pelo Poder Público.
- d) A interferência é indevida, já que somente a União poderia ter autorizado a exploração dos recursos minerais no sítio de Seu João.

Questão 13

Teobaldo, governador estadual, notando o crescimento da indústria civil no cenário nacional, propôs à Assembleia Legislativa a criação de entidade de direito público destinada à exploração dessa atividade, de extrema lucratividade. O chefe do Poder Executivo encaminhou também, na mesma ocasião, um segundo projeto, estabelecendo o regime jurídico das estatais, o qual atribuía a tais entidades benefícios de ordem trabalhista e tributária, além de sujeitá-las à exigência de concurso público e aos princípios aplicáveis à Administração Pública. Considerando a situação anteriormente exposta, a Assembleia Legislativa poderá:

- a) Rejeitar ambas as propostas, diante da inconstitucionalidade presente, tendo em vista que o Estado não deve assumir o papel de empresário, nessa situação e por meio de entidade de direito público, tampouco tem o ente federativo em questão competência para disciplinar o tema.
- b) Rejeitar o segundo projeto, já que somente a lei federal poderia ter fixado as regras relativas ao estatuto jurídico das estatais, estabelecendo regime híbrido, bem como os benefícios trabalhistas e tributários mencionados.
- c) Aprovar os dois projetos, vez que, respeitados os princípios constitucionais da Administração Pública e os parâmetros constitucionais à intervenção do Estado na economia, não há impedimento ao exercício da atividade empresarial pelo ente governamental, cabendo à lei definir os limites dessa atuação.

d) Considerar válidas as disposições pertinentes ao regime jurídico das estatais, que, embora atuem em um cenário de livre-concorrência, possuem natureza híbrida, sujeitando-se, também, às regras e princípios aplicáveis à administração pública, no tocante à realização de concurso, às obrigações tributárias e trabalhistas e à fiscalização do Tribunal de Contas.

Questão 14

Em uma aula de Direito Constitucional, o Professor Diego Cerqueira explicou que inúmeros juristas nacionais teorizaram a respeito da efetividade das normas constitucionais, sua validade, aplicabilidade e vigência. Entre os doutrinadores, José Afonso da Silva possui renomada obra tratando do assunto. Em sua obra “Aplicabilidade das Normas Constitucionais”, o autor trouxe a classificação das normas da constituição conforme sua forma de aplicação e geração de efeitos. De acordo com o exposto acima, entende-se que as normas constitucionais de eficácia

- a) plena possuem aplicabilidade direta, mediata e efeitos integrais.
- b) limitada possuem aplicabilidade indireta, efeitos imediatos e possivelmente não integrais.
- c) plena possuem aplicabilidade direta, imediata e efeitos possivelmente não integrais.
- d) contida possuem aplicabilidade direta, imediata e efeitos possivelmente não integrais.

Questão 15

Rodolfo, defensor público estadual, decidiu atuar em famoso escritório de advocacia particular. Após regular procedimento administrativo, ficou determinada sua demissão, contra a qual se insurgiu o defensor, por considerar-se detentor de determinadas prerrogativas constitucionais inerentes à sua função. Pode-se dizer que, no que diz respeito às justificativas apresentadas:

- a) Rodolfo, ainda que tenha desrespeitado importante preceito constitucional, não poderia ter sofrido a penalidade de demissão em decisão proferida em sede de procedimento administrativo.
- b) Deverão ser rejeitadas, devendo ser mantida a decisão proferida em razão da infração cometida, uma vez que Rodolfo não pode ser considerado vitalício.
- c) Somente o chefe da instituição, em nome do princípio da unidade e da hierarquia funcional existente na instituição, poderia ter aplicado a penalidade mencionada.
- d) A penalidade imposta não se justifica, já que aos defensores públicos, assim como aos demais representantes das funções essenciais à justiça, aplica-se o princípio da independência funcional.

Questão 16

Fora apresentada, por iniciativa popular, proposta de emenda constitucional perante o Congresso, introduzindo nova hipótese de acumulação lícita de cargos. No entanto, tal projeto já havia sido objeto de deliberação na sessão legislativa anterior, quando sofrera rejeição pelos parlamentares. Ainda assim, o texto foi encaminhado para discussão e finalmente aprovado. Conforme procedimento previsto na própria CRFB/88 para a alteração de suas normas, pode-se afirmar que:

- a) A propositura da emenda constitucional será válida caso tenha sido apresentada por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado, distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) A proposta não poderia ter sido objeto de nova deliberação, já que o princípio da irrepetibilidade se aplica de forma absoluta às emendas constitucionais.
- c) Embora o conteúdo da proposta não tenha representado ofensa às limitações materiais impostas pelo texto constitucional, o projeto não poderia ter sido proposto mediante iniciativa popular.
- d) O projeto apresentado ao Congresso seguiu normalmente o rito legislativo previsto para a votação das emendas constitucionais.

Questão 17

O estado Beta, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual, decidiu extinguir o Tribunal de Contas dos Municípios existente e transferir as competências do antigo órgão para a Corte Estadual. Segundo a Constituição e o entendimento firmado no âmbito do STF, pode-se dizer que:

- a) O Tribunal de Contas dos Municípios não pode ser extinto, devendo ser mantida sua atuação nos municípios que não dispõem de órgãos de fiscalização próprios.
- b) A extinção do tribunal não é obrigatória, embora seja admitida, sendo a transferência de competências para o TCE igualmente válida.
- c) A extinção dos Tribunal de Contas dos Municípios é obrigatória, já que a Constituição proíbe a existência de órgãos com competência fiscalizatória local.
- d) A extinção do órgão é inconstitucional, uma vez que a Carta da República determina a manutenção das Cortes de Contas existentes.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Na cidade Beta, o secretário de Saúde está desenvolvendo programa de Proteção de Saúde Integral específico para a População Negra. Uma associação de moradores de rua questionou em Juízo a validade do referido programa. Consultado sobre a questão na qualidade de advogado especializado em Direitos Humanos, você deve afirmar que:

- a) a legislação brasileira não abarca a possibilidade de criação de programa de proteção à saúde específico para certas categorias de pessoas.
- b) a criação do Programa pode ser compreendida como ação afirmativa, o que encontra guarida no princípio da igualdade sob o prisma material, mas a legislação brasileira não tem previsão específica a respeito.
- c) o Programa é válido sob o ponto de vista dos Direitos Humanos e há previsão específica na legislação brasileira da criação de Política de Saúde voltados à População Negra.

d) se bem que o Programa seja válido, apenas com a autorização da União é possível o desenvolvimento de programas de saúde voltados à População Negra.

Questão 19

Jack, cidadão canadense, reside no Brasil, mas está respondendo a processo de expulsão em razão de ter praticado o crime de tráfico de drogas. Durante o trâmite do processo, veio a nascer um filho de Jack no Brasil que está sob sua guarda e dependência econômica, fato que foi comprovado regularmente. Você é consultado por Jack sobre a situação e informa corretamente que:

- a) a legislação brasileira admite a expulsão de estrangeiro ainda que o expulsando tenha filho brasileiro sob sua dependência.
- b) é possível a expulsão de estrangeiro sumária em caso de comprovado envolvimento no tráfico ilícito de entorpecentes, de forma que não há possibilidade de defesa no procedimento.
- c) a legislação brasileira veda a expulsão de estrangeiro que tenha filho brasileiro sob sua guarda ou dependência econômica durante os 5 primeiros anos de idade.
- d) a legislação brasileira veda a expulsão que tenha filho brasileiro sob sua guarda ou dependência econômica sem previsão de limite de idade.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Realizando-se o casamento no exterior, pela autoridade estrangeira, será aplicada a lei do local da celebração com relação aos impedimentos dirimentes e às formalidades.
- b) O casamento de um brasileiro, domiciliado ou não no exterior, celebrado perante a autoridade consular brasileira, submete-se ao direito brasileiro, constituindo-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".
- c) Somente se os nubentes forem estrangeiros poderão celebrar o casamento no Brasil perante o cônsul do país de ambos, segundo a lei do Estado da autoridade celebrante, configurando-se exceção à regra da "lex loci celebrationis".
- d) O casamento celebrado no exterior, observadas todas as regras do direito local estrangeiro, será sempre válido no Brasil.

Questão 21

Os elementos de conexão brasileiros constituem parte da norma do direito internacional privado que determina o ordenamento jurídico a ser aplicado a determinada causa. Assinale a opção correspondente à correta correlação entre fato(s) jurídico(s) e elemento de conexão na Lei de Introdução do Código Civil.

- a) situação do regime de bens — nacionalidade dos cônjuges
- b) qualificação e regulação das obrigações — domicílio dos contratantes
- c) formalidades de celebração e impedimentos do casamento — nacionalidade dos nubentes
- d) personalidade e capacidade — domicílio da pessoa
- e) penhor — local do bem

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A empresa ABC está sendo executada pela Fazenda Pública Estadual para o pagamento de débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Ao realizar a tentativa de citação, o Oficial de Justiça constatou que a executada deixou de funcionar no seu domicílio fiscal, sem qualquer comunicação aos órgãos competentes. Com base na Jurisprudência do STJ - Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que essa Execução Fiscal:

- a) Poderá ser redirecionada ao sócio, seja ele administrador ou não.
- b) Poderá ser redirecionada ao administrador sócio ou não sócio.
- c) Poderá ser redirecionada ao administrador, somente se ele for sócio.
- d) Não poderá ser redirecionada, pois ainda poderá ser realizada a citação editalícia.

Questão 23

O Município ABC publicou um Decreto Municipal por meio do qual está obrigando todas as instituições de ensino particulares a entregar-lhe uma declaração semestral contendo o nome, número de documentos e o valor de mensalidade de todos os alunos matriculados, no interesse da arrecadação e fiscalização de tributos. Fulano de tal, diretor de um dos estabelecimentos de ensino sujeito ao Decreto, está inconformado com essa exigência e afirmou que não entregará a declaração porque a obrigação não foi instituída por meio de lei. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A afirmação de Fulano de Tal está correta, pois somente a lei poderia instituir uma obrigação dessa natureza.
- b) A afirmação de Fulano de Tal está errada, pois a instituição de obrigações acessórias não se submete ao Princípio da Estrita Legalidade Tributária.
- c) A entrega da declaração é uma obrigação tributária principal.
- d) A entrega da declaração não é uma obrigação tributária principal e nem acessória.

Questão 24

A empresa XPTO, estabelecida no Estado de Santa Catarina, produz e exporta Equipamentos Individuais de Proteção (EPI's). Assinale a afirmativa correta acerca da incidência do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados sobre esse tipo de operação:

- a) A operação é imune.
- b) A operação é isenta.
- c) A base de cálculo deve ser reduzida à metade.
- d) A alíquota deve ser reduzida à metade.

Questão 25

A Câmara de Vereadores do Município Alfa pretende aprovar uma lei ordinária estabelecendo alíquota de dois por cento (2%) para o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre os imóveis localizados no centro da cidade e de um por cento (1%) sobre os imóveis localizados na periferia. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) As alíquotas do IPTU só podem ser disciplinadas por meio de lei complementar.
- b) A diferenciação de alíquotas de IPTU poderia ocorrer somente se estivesse baseada no valor venal dos imóveis.
- c) Acaso aprovada, essa lei será considerada inconstitucional, por afronta ao Princípio da Isonomia Tributária.
- d) O IPTU pode ter alíquotas distintas para imóveis situados em diferentes regiões do Município.

Questão 26

João da Silva foi notificado, em 31 de agosto de determinado ano, para o pagamento da Taxa de Expedição de Alvará de Construção, sem que a lei ou a notificação tenha determinado a data de vencimento dessa obrigação. De acordo com o disposto no CTN - Código Tributário Nacional, o vencimento dessa taxa ocorrerá:

- a) Imediatamente.
- b) Em 31 de agosto do ano seguinte.
- c) Em 30 de setembro do mesmo ano.
- d) Em 31 de dezembro do mesmo ano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Prefeito do Município de Paraisinho deseja alienar um imóvel público onde funcionava um antigo grupo escolar municipal, que foi desativado há mais de 10 anos. Para tanto, justificada a existência de interesse público, ele requereu autorização da Câmara Municipal e realizou avaliação prévia. Após aprovação, ele iniciou o procedimento de licitação na modalidade de leilão. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) o procedimento está de acordo com a lei geral de licitações e tais exigências fundamentam-se no princípio administrativo da moralidade.
- b) o procedimento contraria a lei geral de licitações, que exige que o imóvel esteja há mais de 15 anos desafetado, e tais exigências fundamentam-se no princípio da publicidade.
- c) o procedimento contraria a lei geral de licitações, que exige a licitação na modalidade de concorrência, e tais exigências fundamentam-se no princípio da supremacia do interesse público.
- d) o procedimento contraria a lei geral de licitações, que somente exige autorização legislativa para alienação de bens da administração indireta, e tais exigências fundamentam-se no princípio da eficiência.

Questão 28

Vicente Vicentino, servidor público estadual, foi investigado em processo administrativo disciplinar que apurava denúncia promovida por um cidadão devidamente identificado. Ao final do processo, foi atribuída pena de demissão ao servidor, o qual impetrou mandado de segurança a fim de rever a decisão administrativa. Na fundamentação, Vicente alegava que não foram observados os prazos da Lei n. 8.112/1990, bem como que houve desproporcionalidade entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão. Ao final, requeria a oitiva de testemunhas. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O controle judicial no processo administrativo disciplinar - PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento, da legalidade do ato e do mérito administrativo, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- b) O mandado de segurança é a via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar - PAD.
- c) Na ação judicial intentada, não pode o Poder Judiciário adentrar no mérito do ato administrativo.
- d) A Lei n. 8.112/1990 não pode de modo algum ser aplicada de modo supletivo aos procedimentos administrativos disciplinares estaduais.

Questão 29

Wando, proprietário de três grandes lotes de terra não edificados, teve um desses lotes invadido por famílias carentes. Tomando conhecimento do fato, o Município promoveu a desapropriação desta gleba, pagando justa e prévia indenização em dinheiro à Wando. Concluída a desapropriação, foram construídas moradias, e a administração pública passou a instalar postos de saúde, escolas públicas, asfaltamento de vias, dentre outros serviços públicos, com a finalidade de dar à comunidade local um suporte mínimo. Após a notícia do aparelhamento estatal na área, novas famílias invadiram o outro lote de terra de Wando. Diante dessa situação, Wando ajuizou ação indenizatória por desapropriação indireta contra o Município, a qual deverá ser:

- a) julgada procedente, pois o fato do Município ter instalado equipamentos públicos no local e passado a oferecer serviços à comunidade pode ser classificado como ato ilícito.
- b) julgada procedente, diante do “apossamento administrativo” pelo Poder Público dos dois lotes de terra.
- c) julgada procedente, devendo o Município responder pela perda da propriedade em desfavor do particular, em razão da realização de obras e serviços públicos essenciais para a comunidade instalada no local.
- d) julgada improcedente, não se imputando ao Poder Público a responsabilidade integral por alegada desapropriação indireta.

Questão 30

O Governador do Estado Y convocou reunião com os presidentes das autarquias, das sociedades de economia mista e das empresas públicas, bem como com representantes das Secretarias de Estado. Na reunião, ficou consignado, dentre outras coisas, que, a partir daquela data, todos os entes convocados da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito público deveriam apresentar dados mensais, em relatórios detalhados, a respeito da atuação do respectivo ente. Alguns presidentes, insatisfeitos com a determinação do Governador, fizeram consulta às respectivas assessorias jurídicas, que informaram corretamente que:

- a) todos os entes deveriam apresentar os relatórios requisitados, diante do poder de tutela administrativa.
- b) todos os entes, com exceção das Secretarias de Estado, deveriam apresentar os relatório requisitados.
- c) todos os entes, com exceção das sociedades de economia mista e das empresas públicas, deveriam apresentar os relatório requisitados.
- d) todos os entes, com exceção das autarquias, deveriam apresentar os relatório requisitados.

Questão 31

Juca, prefeito eleito do Município Novinho, no primeiro dia de mandato, determinou a apuração de dados em todas as secretarias e setores da Administração pública municipal, com o fim de verificar se os atos administrativos praticados na gestão anterior continham vícios, bem como se ainda atendiam ao interesse público. Diante desse situação, é correto afirmar:

- a) Juca deverá decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa e indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- b) em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, desconsiderar as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- c) convalidar os atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, ainda que acarretem lesão ao interesse público.
- d) na interpretação de normas sobre gestão pública, serão desconsiderados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

Questão 32

O Município de Flores ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de José dos Santos, servidor público municipal estável, fundamentada no Art. 11, inciso VII, da Lei nº 8429/92. O servidor teria revelado à terceiro, imprudentemente, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço. Nesse caso, é correto afirmar:

- a) o Município não possui legitimidade ativa para propositura da ação.
- b) José dos Santos deverá ser condenado pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) José dos Santos deverá ser condenado pela prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, por ter agido com culpa.
- d) não ficou caracterizado o ato de improbidade por José dos Santos, uma vez que somente os atos causadores de lesão ao erário podem ser cometidos de maneira culposa.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior**Questão 33**

Órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro não emitiu a licença ambiental de obra de infraestrutura dentro do prazo estabelecido na legislação ambiental. Neste caso,

- a) instaurará a competência supletiva.
- b) autorizará a prática de ato que dela dependa ou decorra.
- c) implicará a emissão tácita.
- d) instaurará a competência subsidiária.

Questão 34

A empresa de pavimentação asfáltica XP foi escolhida para construir uma rodovia que irá interligar dois estados da federação, passando por uma terra indígena e uma APA Federa. Neste caso, marque a opção correta:

- a) o órgão ambiental federal irá licenciar a atividade.
- b) os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade, após parecer da Funai.
- c) o órgão ambiental federal em conjunto com os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade.
- d) o Ministério do Meio Ambiente irá definir por intermédio de portaria qual será o órgão competente.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa**Questão 35**

Arquimedes sofreu um acidente vascular cerebral logo após completar 22 anos. Como seqüela do AVC, Arquimedes perdeu o movimento do lado esquerdo do corpo, além de ter ficado com seqüelas que prejudicam a sua visão e a sua fala. Em razão disso:

- a) não poderá se casar;
- b) será considerado absolutamente incapaz;
- c) será considerado relativamente incapaz;
- d) será considerado plenamente capaz para os atos da vida civil.

Questão 36

Não é causa de interrupção da prescrição:

- a) o despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- b) o protesto cambial;
- c) a notificação extrajudicial feita meses após protesto cambial anterior;
- d) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.

Questão 37

Pedro precisou se mudar para o interior e, sem conseguir transportar o equipamento do servidor de seu escritório de imediato, resolveu firmar contrato de depósito com uma empresa localizada no seu domicílio anterior para guardar esses equipamentos até que ajustasse uma forma para levar tudo para o seu novo domicílio. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho.

Questão 38

Ana foi contratada para realizar uma cirurgia de urgência em Paola, que estava sentindo dores abdominais. Feitos os exames preliminares, verificou-se que Paola estava sofrendo com uma crise de apendicite e que precisava retirar tal órgão imediatamente. Em razão de intercorrências durante a cirurgia, Paola acabou falecendo dois dias após a cirurgia. Com isso, averiguou-se as razões para a morte de Paola, verificando-se se houve culpa de Ana. Quanto a isso, são elementos necessários para a configuração da responsabilidade civil subjetiva:

- a) o dano, apenas.
- b) o nexo causal, a culpa e o ato ilícito.
- c) o fato jurídico, a ilicitude e o nexo de causalidade.
- d) o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade e a culpa.

Questão 39

Joaquina, adolescente de 15 anos, sempre sonhou em se casar cedo, assim como sua mãe fez. Em razão da tradição de família, engravida ainda aos 15 anos de Joaquim, filho de um primo seu de quarto grau, que possui 20 anos completos. Assim, inicia o procedimento para se casar com

Joaquim, protocolando a documentação para o casamento coletivo na comarca da cidade. Em relação a esse caso, é correto afirmar que:

- a) Joaquina não poderá se casar, pois é vedado aos menores de dezesseis anos, em qualquer situação;
- b) Joaquina não poderá se casar porque Joaquim é seu parente colateral de quarto grau;
- c) Joaquina poderá se casar porque está grávida;
- d) é vedado que se casem os ascendentes com os descendentes, desde que seja o parentesco natural.

Questão 40

São também responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores, ainda que não estejam sob sua autoridade ou sua companhia;
- b) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, mesmo quando inexistir culpa ou dolo na ação do empregado;
- c) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.;
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

Questão 41

Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante:

- a) cinco anos contínuos.
- b) cinco anos ao todo, ainda que descontinuados.
- c) dez anos contínuos.
- d) dez anos ao todo, ainda que descontinuados.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Ícaro, solteiro, 19 anos, é responsável de fato, há mais de 2 anos, por Ana, filha de 5 anos de sua prima Jacira, a qual abandonou em família em razão de drogadição. Você, como advogado, é consultado por Ícaro, o qual tem interesse em adotar Ana. Analisando a legislação e a jurisprudência, você chega à correta conclusão que:

- a) Ícaro não poderá adotar Ana, pois a idade mínima para adoção no direito brasileiro é de 21 anos.
- b) Ícaro não poderá adotar Ana em nenhuma hipótese, pois a diferença de idade entre os dois é de 14 anos.
- c) Ícaro não poderá adotar Ana em razão do parentesco familiar entre os dois.
- d) apesar da diferença de idade entre Ícaro e Ana ser de 14 anos, o juiz poderá deferir a adoção analisando a situação concreta à luz do princípio do melhor interesse da criança.

Questão 43

Robson, à época com 17 anos, praticou ato infracional equivalente a tráfico de drogas. Comprovado o fato, o juiz da infância e juventude, constatando que Robson já havia cumprido 2 outras medidas socioeducativas também em razão da prática de ato infracional equivalente a tráfico, determinou a internação do adolescente. Verificando, no entanto, que Robson completou 18 anos durante o decurso do processo e que não havia vagas nos estabelecimentos de internação da comarca, o juiz determinou que a medida fosse cumprida em estabelecimento prisional, mas separado dos demais presos. Nessa situação, a alegação recursal do advogado de Robson que alcançará sucesso é a de que:

- a) não é mais possível a imposição de medida socioeducativa a Robson pois este adquiriu a maioridade.
- b) não cabia a fixação da medida socioeducativa de internação pois o ato infracional equivalente a tráfico de drogas não é praticado com violação ou grave ameaça a pessoa.
- c) não cabia a fixação da medida socioeducativa de internação pois, apesar de ser reincidente, exige-se a prática de no mínimo 3 atos infracionais anteriores para a que seja possível dessa medida.
- d) não é viável o cumprimento da medida de internação em estabelecimento prisional em nenhuma hipótese, mesmo que separado dos demais presos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Eduardo e Mônica estavam cotando passagens para sua viagem de férias com os gêmeos quando verificaram no site da empresa de turismo VCV que quatro passagens aéreas, de ida e volta, de Fortaleza para Orlando custariam cerca de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Eles tentaram efetuar a compra, fazendo uma reserva no site. Vinte e quatro horas depois, contudo, eles receberam um e-mail da empresa explicando que houve uma falha na cotação e, por isso, cancelaram a reserva. A cobrança não chegou a ser feita no momento da reserva, motivo pelo qual não houve necessidade da empresa estornar o valor. Diante da situação, Eduardo consultou um amigo advogado que o informou corretamente que:

- a) houve falha na prestação de serviços por parte da empresa, sendo possível sua condenação à obrigação de fazer relativa à emissão de passagens aéreas nos mesmos termos e valores previamente disponibilizados, sem prejuízo de eventual perdas e danos.
- b) constatado inegável erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços, não há como se admitir que houve falha na prestação de serviços por parte da empresa de turismo.
- c) a legislação consumerista tem sua razão de ser na proteção ilimitada do consumidor, reconhecida na sua vulnerabilidade, bem como na promoção da harmonia e equilíbrio das relações de consumo.
- d) segundo o princípio da vinculação da oferta, a oferta possui caráter vinculante, surgindo uma obrigação pré-venda, no qual deve o fornecedor se comprometer a cumprir o que foi ofertado, devendo a empresa realizar a viagem nos exatos termos do ofertado, independente de erro.

Questão 45

Linda e Bela, jovens estagiárias de um escritório de advocacia, estavam passeando pelo shopping de sua cidade, quando verificaram que a loja de departamento A&C expõe à venda seus produtos na vitrine e não coloca preço informando o quanto deve ser pago pelas peças expostas. Nesse caso, Linda achou que a postura da loja violava os direitos do consumidor, mas Bela entendeu que não havia violação, uma vez que os vendedores poderiam informar o preço das peças que ela se interessasse. Para tirar a dúvida, as jovens questionaram um advogado do escritório, que as informou corretamente que:

- a) a atitude da loja está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que o consumidor pode ter acesso aos preços se adentrar ao estabelecimento.
- b) a atitude da loja está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, podendo o consumidor exigir que as peças sejam entregues de forma gratuita, pois a oferta na vitrine tem efeito vinculante.
- c) a atitude da loja viola o direito do consumidor de ter acesso à informação adequada, clara, com a especificação correta de tributos incidentes e preço e configura infração penal prevista no CDC

d) a atitude da loja viola o direito do consumidor de ter acesso à informação adequada, clara, com a especificação correta de tributos incidentes e preço, mas não há tipificação dessa conduta como infração penal no CDC.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil

Questão 47

A administração de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) pode ser exercida por

- a) membros da magistratura.
- b) pessoa não titular nomeada no ato constitutivo.
- c) pessoa jurídica.
- d) servidor público federal civil ou militar da ativa.

Questão 48

Paloma, beneficiária de um cheque não endossado, compareceu em uma instituição financeira e o apresentou para pagamento. A instituição financeira verificou que o emitente do cheque não possuía fundos para arcar com a totalidade do seu valor. A instituição então deseja efetuar o pagamento de forma parcial, devolver o cheque a Maria e exigir que ela dê a quitação parcial.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a legislação em vigor.

- a) Não poderá haver o pagamento parcial do título, em razão de Paloma não poder dar a quitação integral nem promover a retirada da cártula de circulação.
- b) Paloma poderá recusar o pagamento parcial, já que o Código Civil estipula como regra jurídica a possibilidade de o credor não aceitar o pagamento parcial da obrigação.
- c) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque e que seja dada a respectiva quitação.

d) Paloma não poderá recusar o pagamento parcial, e, nesse caso, a instituição financeira poderá exigir que o pagamento conste do cheque, não sendo possível a exigência de entrega de quitação.

Questão 49

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

- a) seguradora.
- b) simples.
- c) de economia mista.
- d) empresária.

Questão 50

A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:

- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

Questão 51

A Defensoria Pública do Estado X firmou convênio com a Seccional da Ordem dos Advogados estabelecendo a possibilidade de atuação dos advogados quando não houver defensor público disponível nos processos, com previsão de honorários fixados em tabela sob responsabilidade do Estado. João, que é advogado, atuou em determinado processo substituindo a Defensoria Pública. No polo passivo da ação constava apenas outra pessoa hipossuficiente. A parte representada por João venceu a causa e o juiz fixou os honorários conforme a tabela prevista no convênio em decisão que transitou em julgado. João pretende cobrar o valor referente aos honorários do Estado X, nesse caso:

- a) João deverá propor nova ação de conhecimento em face do Estado X, já que o Estado não participou do processo de conhecimento.
- b) João deverá propor uma ação rescisória para fazer com que o Estado seja incluído no polo passivo.
- c) João pode apresentar ao juízo petição para o cumprimento da sentença quanto aos honorários em face do Estado nos próprios autos do processo de conhecimento.

d) João não pode realizar a cobrança judicial dos honorários nessa hipótese, mas é possível o requerimento administrativo de pagamento dos valores.

Questão 52

David é advogado. Aficionado por armas de fogo, David possui uma ampla coleção de armas, todas adquiridas legalmente. Está em trâmite processo de execução de título extrajudicial em face de David, o qual não dispõe de dinheiro suficiente para o pagamento. O advogado do exequente, conhecendo a coleção de David, apresentar no processo executivo petição requerendo a penhora de algumas das armas. Nesse caso:

- a) as armas são impenhoráveis, pois são consideradas bens inalienáveis.
- b) não há qualquer óbice à penhora das armas, nem está o procedimento de expropriação sujeito a qualquer restrição especial.
- c) as armas são impenhoráveis, pois constituem instrumento necessário ao exercício da profissão de David.
- d) não há qualquer óbice à penhora das armas, mas o procedimento de expropriação deve observar as restrições impostas pela legislação de regência para a sua comercialização e aquisição.

Questão 53

O sindicato de professores da rede pública do Município Alfa impetrou mandado de segurança coletivo buscando o reconhecimento do direito dos professores ao recebimento de uma certa gratificação. Joana é professora da rede municipal mas se filiou ao sindicato apenas após a impetração do mandado de segurança. Posteriormente, o mandado foi concedido, tendo sido reconhecido o direito à gratificação, decisão que transitou em julgado. Joana, buscando esclarecer a sua situação, procura o advogado do sindicato, o qual corretamente lhe informa que:

- a) Joana não é beneficiada pelo mandado de segurança coletivo, pois o sindicato atua como representante processual apenas dos filiados que constam de lista anexa ao mandado de segurança.
- b) Joana é beneficiada pelo mandado de segurança coletivo, pois o sindicato atua como substituto processual dos filiados, independentemente do momento de filiação.
- c) Joana não é beneficiada pelo mandado de segurança coletivo, pois o sindicato atua como representante processual apenas dos filiados que se filiaram até o momento da impetração.
- d) Joana não é beneficiada pelo mandado de segurança coletivo, pois o sindicato atua como representante processual apenas dos filiados há mais de um ano a partir da data de impetração.

Questão 54

Artur foi condenado ao pagamento de R\$ 100.000,00 em determinado processo. Após o trânsito em julgado, o advogado de Artur o informa que a parte contrária deu início à fase de cumprimento de sentença e que Artur tem o prazo de 15 dias para pagamento do débito. Artur informa ter à disposição apenas R\$ 70.000,00. O advogado explica corretamente a Artur que:

- a) é possível o pagamento parcial do débito e que, se o pagamento for feito no prazo de 15 dias, não haverá acréscimo de multa ou de honorários advocatícios.
- b) não é possível o pagamento parcial, mas é possível que Artur faça o parcelamento judicial do débito por até 6 meses caso seja feito o depósito de 30% do valor devido.
- c) é possível o pagamento parcial do débito e que, se o pagamento for feito no prazo de 15 dias, haverá acréscimo de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10% sobre o restante do débito.
- d) é possível o pagamento parcial do débito e que, se o pagamento for feito no prazo de 15 dias, haverá acréscimo de multa de 5% e de honorários advocatícios de 5% sobre o restante do débito.

Questão 55

Patrícia é parte em processo no qual se discute relevante questão unicamente de direito com efetiva repetição em inúmeros processos, surgindo potencial ameaça à isonomia e à segurança jurídica. O processo já foi julgado em 1º grau de jurisdição e, também, já houve julgamento da apelação interposta por Turma do Tribunal correspondente, mas está pendente o julgamento de embargos de declaração. O advogado de Patrícia apresentou ao Presidente do Tribunal pedido de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas para a decisão do tema de fundo. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido deve ser extinto pois Patrícia não é parte legítima para apresentar pedido de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- b) o pedido deve ser extinto por incompetência pois o pedido de incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser apresentado ao relator do processo, não ao presidente do Tribunal.
- c) o pedido deve ser indeferido em razão da inadequação do momento processual, uma vez que já houve julgamento da apelação e está pendente apenas o julgamento de embargos de declaração.
- d) não há nenhum óbice ao deferimento do pedido na situação descrita.

Questão 56

A empresa Kappa é parte do polo passivo em um processo de conhecimento relativo a revisão de débito contratual. O juiz do processo, reconhecendo a grande dificuldade de a parte autora cumprir seu encargo probatório, proferiu decisão de saneamento e organização do processo atribuindo à empresa o ônus probatório. Inconformado com essa decisão, o advogado da empresa deve, excluídos os embargos de declaração, interpor:

- a) recurso de agravo de instrumento.
- b) recurso de apelação.

- c) reclamação.
- d) pedido de reconsideração.

Questão 57

Pedro está devendo R\$ 50.000,00 em face do Hospital Santa Rosa. Em razão da dificuldade de contato com o setor responsável do Hospital e buscando se eximir dos consectários legais, Pedro ajuíza, por meio de seu advogado, ação de consignação em pagamento. Pedro abriu conta em banco para a realização do depósito em que depositou apenas R\$ 30.000,00, o que foi devidamente comprovado no processo. O Hospital, respondendo ao processo, reconheceu sua mora no recebimento dos valores, mas apontou a insuficiência do valor depositado. Ainda assim, Pedro deixou de complementar o valor do depósito. Nesse caso, o juiz do processo:

- a) deve julgar ação procedente, pois o Hospital deu causa à interposição da ação em razão da sua mora.
- b) deve julgar a ação parcialmente procedente, pois há extinção parcial do vínculo obrigacional com o pagamento parcial do débito.
- c) deve julgar a ação improcedente, pois o pagamento parcial do débito não extingue o vínculo obrigacional.
- d) deve determinar a complementação do depósito por parte de Pedro, expedindo ordem de pagamento no prazo de 15 dias.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

João resolve praticar crime de furto na residência de seu vizinho Fabio e para isso procura Felipe seu conhecido que é chaveiro, informa do seu plano e pedindo que este faça uma chave que viabiliza-se o ingresso na residência da vítima. Três dias depois vai à referida casa e ao perceber que a porta já estava aberta, ingressa na residência porém sem a necessidade de utilizar a chave fornecida por Felipe, e assim realiza a subtração de um aparelho de som.

Chegando em casa, João conta tudo para sua esposa, que assustada o convence a devolver o aparelho subtraído. No dia seguinte, João comparece à delegacia de polícia mais próxima e devolve o bem subtraído, e conta ao delegado todo o ocorrido e este promove o registro da ocorrência.

Considerando o caso concreto apresentado, na condição de advogado(a) dos agentes envolvidos, deverá ser esclarecido aos familiares de João e Felipe que:

- a) ambos deverão responder pelo crime de furto simples, porém a redução de pena do arrependimento posterior aplica-se apenas a João.
- b) nenhum deles responderá pelo crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de João, como causa de excludente da tipicidade que estende-se a Felipe.

c) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena para os dois pelo arrependimento posterior, por se tratar de circunstância objetiva.

d) João deverá responder pelo crime de furto simples, com causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto Felipe não responderá por qualquer crime.

Questão 59

Carlos foi denunciado pela prática de um crime de dano qualificado, por ter destruído um bem estadual (Art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP – pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa). Em sua Folha de Antecedentes Criminais, consta uma única condenação anterior e transitada em julgado, publicada 4 anos antes, pela prática do crime de lesão corporal dolosa leve em uma briga de bar. Ao final da instrução, Carlos confessa integralmente o fato praticado, afirmando que “perdeu o controle pela derrota de seu time de futebol” no momento em que realizou o crime Dano.

Apenas com base nas informações constantes, sabendo-se que o autor do fato está trabalhando e tem 02 filhos que são por ele sustentados, você como advogado(a) de Carlos poderá requerer, de acordo com o Código Penal, como tese defensiva:

- a) o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo perdão judicial em face das características pessoais do autor e da pequena gravidade do crime.
- b) o reconhecimento da redução da pena pela atenuante da confissão espontânea.
- c) a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, independentemente de o agente ser reincidente em crime doloso.
- d) o afastamento da agravante da reincidência, já que o crime pretérito de pequeno potencial ofensivo e foi julgado em sede de juizado especial criminal

Questão 60

Andressa, nascida em 13 de janeiro de 1999, no dia 5 de janeiro de 2017, decide sequestrar Gustavo Lima, por 12 dias, para puni-lo pelo inesperado fim do relacionamento amoroso que ambos possuíam há anos. Logo, no dia 6 de janeiro de 2017, Andressa priva seu ex-companheiro da sua liberdade, trancando-o em um sítio afastado da cidade, mantendo consigo a única chave do imóvel. Dez dias após a restrição da liberdade, a polícia toma conhecimento dos fatos e consegue libertar Gustavo, não tendo, em razão de circunstâncias alheias, a restrição da liberdade perdurado pelos doze dias pretendidos inicialmente por Andressa.

Considerando que, no dia 14 de janeiro de 2017, entrou em vigor nova lei, mais gravosa, alterando a sanção penal prevista para o delito de sequestro simples, passando a pena a ser de 01 a 05 anos de reclusão e não mais de 01 a 03 anos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Andressa, imputando-lhe a prática do crime do Art. 148 do Código Penal (Sequestro e Cárcere Privado), na forma da legislação mais recente, ou seja, aplicando-se, em caso de condenação, pena de 01 a 05 anos de reclusão.

Diante da situação concreta narrada, é correto afirmar que, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) deve-se a aplicar a nova lei mais severa, com pena de 1 a 5 anos de reclusão, e a acusada deve responder como maior de idade
- b) deve-se aplicar a lei anterior mais benéfica, ou seja, a aplicação da pena de 01 a 03 anos de reclusão, e a acusada deve responder como maior de idade
- c) deve ser reconhecida a inimputabilidade da acusada, em razão da sua idade na data da prática do fato.
- d) o reconhecimento do crime em sua modalidade tentada, já que seu dolo de privação da liberdade por 12 dias não se concretizou, por motivos alheios a sua vontade.

Questão 61

Priscila transportava e portava, em seu automóvel, dois revólveres calibre .38 e uma pistola .40, sendo que duas primeiras armas estavam embaixo do banco do carona e a pistola em sua cintura. Abordada por policiais, que faziam uma blitz de rotina, foram encontradas todas as armas que estavam no veículo. Diante dos fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Priscila pela prática de três crimes de porte de arma de fogo, com as penas somadas em razão de concurso material (Art. 14 da Lei nº 10.826/03, por três vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal), sendo que, o laudo pericial confirmou o potencial lesivo das três armas, bem como que as armas estavam com a numeração de série preservada.

Todos os fatos narrados foram confirmados em juízo e você, advogado(a) de Priscila, deverá apresentar como tese defensiva o reconhecimento:

- a) de crime continuado comum entre os três delitos de porte de arma cometidos.
- b) de concurso formal entre os dois delitos relacionados as armas que estavam embaixo do banco e continuidade delitiva quanto ao terceiro crime relacionado a arma que estava na cintura da autora.
- c) de crime único de porte ilegal de arma de fogo.
- d) do concurso formal perfeito entre crimes entre os três crimes para se aplicar uma só pena, aumentada de 1/6 a 1/2.

Questão 62

Paulo, querendo comprar um novo celular recentemente lançado no mercado, mas sem possuir dinheiro suficiente para satisfazer seus desejos, aceita transportar 5kg de cocaína de São Paulo, cidade onde vive, para o Rio de Janeiro. Apesar de ter concordado com a prática criminosa, Paulo, que é primário e tem bons antecedentes, cobrou do traficante local que lhe propôs a empreitada R\$ 10.000,00, dinheiro suficiente para comprar o tão desejado telefone celular. Após receber o valor acordado, Paulo esconde o material entorpecente na mala de seu carro e inicia o percurso de carro com a substância, porém, 30 minutos depois, ainda na cidade de São Paulo é abordado por policiais em uma blitz e sendo preso em flagrante.

Após denúncia pela prática do crime de tráfico de drogas com a causa de aumento de pena prevista no Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/06 (“caracterizado tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal”), todos os fatos são confirmados durante o processo, quais sejam, a Folha de Antecedentes Criminais sem outras anotações, primeira vez no transporte de drogas, a transferência dos valores, e que droga seria entregue no Rio de Janeiro naquele mesmo dia.

Intimado da sentença condenatória nos termos da denúncia, você como advogado (a) de Paulo, deverá pleitear:

- a) o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado e reconhecimento da tentativa, já que o crime não se consumou por motivos alheios a vontade do agente
- b) o afastamento da causa de aumento de pena, já que a droga não chegou a ser transportada para o outro estado e o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.
- c) somente afastamento da causa de aumento de pena, pois a droga não chegou a ser transportada para outro estado.
- d) somente o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.

Questão 63

Flavio é preso em flagrante pela prática do crime de homicídio, e denunciado pelo MP pela prática deste crime previsto no Art. 121 do CP. Posteriormente, durante o processo se descobre que há 2 inquéritos policiais concluídos em que Flavio foi indiciado pela prática de crimes de estupro, além de um outro processo que está em fase de recurso interposto pela defesa contra sentença condenatória por crime de roubo praticado há dois anos. De acordo com os dados acima e com base na jurisprudência sumulada por nossos tribunais superiores:

- a) Flavio ao ser condenado pelo homicídio terá maus antecedentes em face da sentença condenatória anterior quanto ao roubo.
- b) Flavio será considerado reincidente para o crime de homicídio em razão da sentença condenatória do crime de roubo.
- c) Flavio, ao ser condenado pelo homicídio, terá maus antecedentes em relação aos inquéritos por estupro, e será reincidente em face da sentença condenatória pelo crime de furto.
- d) Flavio, ao ser condenado pelo crime de homicídio, será considerado réu primário, sem qualquer aumento de pena por antecedentes ou reincidência em relação aos referidos crimes anteriores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Alessandra recebeu uma promoção em seu trabalho e decidiu beber com os colegas para comemorar. Na hora de ir embora para casa, entrou em seu veículo e conduziu o carro com todo o cuidado necessário. Porém, por estar com a sua capacidade psicomotora alterada, não percebeu o sinal vermelho e passou em cima do pé de um pedestre, fraturando seus 5 dedos. Nessa hipótese, a ação penal para apurar essa lesão corporal será:

- a) privada.
- b) pública condicionada à representação do ofendido.
- c) pública condicionada à requisição do ofendido.
- d) pública incondicionada.

Questão 65

Sobre a prova técnica, marque a alternativa ERRADA:

- a) Em comarcas maiores, mesmo havendo excesso de profissionais concursados, os exames de corpo de delito serão realizados por apenas um perito oficial.
- b) Quando a infração penal deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito diante da obviedade da causa e do motivo do fato típico praticado.
- c) Em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Questão 66

A respeito das modalidades de prisão em flagrante, marque a alternativa que melhor se aproxima da aplicação prática dessa medida:

- a) A prisão em flagrante será válida se decorrer de denúncia anônima e, por força dessa informação privilegiada, os policiais se deslocarem até o local e aguardarem o início dos atos de execução para prender.
- b) O flagrante ficto pode ser lavrado quando o agente delitivo é perseguido ininterruptamente, logo após o crime, até o momento de sua custódia.
- c) É possível, desde que previamente autorizado pelo juiz, o flagrante retardado (diferido, postergado, prorrogado ou ação controlada) para qualquer espécie de infração penal.
- d) Quando os agentes de segurança induzem alguém a praticar um delito e, por força dessa situação, a consumação do crime se torna impossível, essa prisão deverá ser revogada.

Questão 67

Augusto foi denunciado por tentativa de homicídio qualificado por asfixia contra Murilo, seu desafeto. Após a audiência de instrução e julgamento, o magistrado competente continua em dúvida a respeito da existência da infração e da autoria. Sobre a decisão final da primeira fase do rito especial do júri, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Deverá o magistrado pronunciar Augusto para que essa dúvida seja sanada diante dos jurados, únicos competentes para julgar os delitos contra a vida, tentados ou consumados, de competência do júri, pois nessa fase vigora o princípio do “in dubio pro societate” .
- b) Deverá o magistrado absolver sumariamente Augusto, pois deve prevalecer a máxima do “in dubio pro reo” .
- c) Deverá desclassificar o crime para tentativa de homicídio culposo, pela não comprovação do dolo, remetendo os autos para a Vara Criminal comum.
- d) Deverá o magistrado impronunciar o réu, pela ausência de certeza da materialidade e da autoria, ficando o réu aguardando até o final do prazo prescricional o Estado localizar as provas que faltaram.

Questão 68

Sobre o sistema de nulidades processuais penais, marque a alternativa INCORRETA.

- a) A nulidade poderá ser arguida por suspeição do juiz, mas não por incompetência.
- b) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa ou para que tenha concorrido.
- c) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- d) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade ou na decisão da causa.

Questão 69

Após instaurar um inquérito policial por Portaria, a autoridade policial determina uma série de diligências em busca da materialidade e da autoria delitiva do fato criminoso que lhe for a noticiado. Após 3 meses de trâmite, respeitadas todas as formalidades, o delegado conclui que o seu principal suspeito é totalmente inocente. Sobre tal situação, aponte a solução adequada para o caso concreto:

- a) Iniciará outras diligências em busca do verdadeiro autor do crime, afastando formalmente o antigo suspeito do polo passivo da investigação criminal.
- b) Fará uma representação para o juiz competente, com oitiva obrigatória do Ministério Público, comunicando a respeito do arquivamento do inquérito por ele determinado.

- c) Por força da proibição legal de o delegado mandar arquivar os autos do inquérito policial, deverá relatar o inquérito e encaminhar ao fórum, informando a respeito de suas conclusões.
- d) Determinará o trancamento da investigação policial, diante da falta de justa causa para a sua continuidade.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

A empresa “X” metalúrgica possui 303 (trezentos e três) empregados, sendo 101 em cada estabelecimento, localizados em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Norte. Do total de empregados, 10 (dez) são pessoas com deficiência, sendo 8 (oito) empregados e 2 (dois) aprendizes de 50 (cinquenta) anos de idade cada. Além destes, também contratou 2 estagiários pessoas com deficiência. Todas estas pessoas com deficiência trabalham em São Paulo.

- a) A empresa cumpre a cota legal de contratação de pessoas com deficiência.
- b) A empresa não cumpre a cota legal, porque todas as pessoas com deficiência laboravam no mesmo estabelecimento.
- c) A empresa não cumpre a cota legal de pessoas com deficiência, porque os aprendizes não são computados para efeito de seu cumprimento.
- d) A empresa está dispensada de cumprir a cota legal de pessoas com deficiência porque atua no ramo metalúrgico.

Questão 71

Francisca trabalha na residência de Olivia três vezes na semana como passadeira. Normalmente, o combinado é comparecer ao trabalho às terças, quintas e sextas, mas, quando é necessário, mediante prévia comunicação, comparece em outro dia da semana, desde que não sejam sábados, domingos ou feriados, nem datas comemorativas. Sua remuneração é feita e calculada por dia de trabalho e sua CTPS não foi assinada. Quando Francisca não comparece, não recebe o pagamento e não sofre nenhum tipo de sanção; entretanto, Olivia sempre solicita que a ausência seja previamente comunicada. Francisca procura você como advogado (a), para sanar uma dúvida acerca da sua situação de relação de trabalho. De acordo com a legislação específica em vigor, a alternativa que contempla a situação de Francisca é:

- a) Francisca é empregada eventual.
- b) Francisca é diarista, pois trabalha apenas 3 vezes na semana.
- c) Francisca é empregada doméstica.
- d) Francisca é autônoma, porque gerencia seu próprio trabalho, dias e horário.

Questão 72

Heráclito foi contratado pela empresa X, por contrato de prazo determinado de dezoito meses, com termo prefixado, para execução de serviço de natureza transitória, com remuneração mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Nesse caso,

- a) Heráclito não poderá se desligar do contrato a termo prefixado, sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, mesmo no caso de ter sido tratado por seu coordenador com rigor excessivo, sem indenizar o empregador dos prejuízos que resultarem desse fato, limitado ao maior salário que tiver recebido.
- b) Heráclito, após o término do contrato de dezoito meses, poderá ser novamente contratado por novo contrato a prazo determinado, com fundamento em atividade empresarial transitória, mesmo antes do prazo de seis meses, pois o término do primeiro contrato ocorreu por expiração do termo prefixado.
- c) se Heráclito desligar-se imotivadamente do contrato por prazo determinado, com ou sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, deverá indenizar o empregador do valor correspondente à remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- d) se o desligamento imotivado feito por Heráclito no contrato a termo e sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada, após cinco meses de prestação de trabalho, resultou prejuízos para o empregador na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), deverá indenizá-lo no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Questão 73

Camilo é empregado da SANASA e adquiriu o direito ao gozo de férias após o decurso do prazo de doze meses de vigência de seu contrato de trabalho. Nos termos da Lei Federal nº 13.467/2017, havendo concordância de Camilo, as férias poderão ser usufruídas em até

- a) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a dez dias.
- b) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a doze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- c) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- d) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quinze dias.

Questão 74

Eduardo é empregado da empresa de entregas Zas Trás Ltda., prestando serviços como motociclista, entregando todo tipo de encomendas, até mesmo material inflamável. No caso hipotético narrado e de acordo com a CLT, Eduardo tem direito ao adicional de

- a) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta e insalubridade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pela exposição a inflamável.

- b) periculosidade, no percentual de 30% sobre o salário base, por se tratar de trabalhador em motocicleta.
- c) insalubridade, no percentual de 30% sobre o salário base, pela exposição a inflamável.
- d) penosidade, no percentual de 40% sobre o salário mínimo, pelo trabalho sujeito às intempéries climáticas e a acidente de trânsito.

Questão 75

Durante dois anos seguidos, Felícia, bióloga, realiza trabalho extraordinário consubstanciado em 1 hora extra diária de segunda-feira a quarta-feira. A SABESP, sua empregadora, pretende imediatamente suprimir parcialmente esse trabalho extraordinário. De acordo com entendimento Sumulado do TST, Felícia

- a) não terá direito à indenização uma vez a supressão de horas extras é possível em razão do princípio protetivo da saúde do trabalhador.
- b) terá direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas parcialmente.
- c) não terá direito à indenização uma vez que a supressão não foi total.
- d) terá direito à indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Sérgio, que reside com seus pais no município “Y”, desde 2009 é servidor público estatutário no município “X” na função de enfermeiro. Com a vitória do Prefeito Orlando nas últimas eleições, eis que Sérgio foi indicado a cargo comissionado na secretaria de saúde do município “X”. Durante o exercício deste cargo, o prefeito, homossexual assumido, exigiu favores sexuais de Sérgio como condição de permanência no novo cargo, cujo salário era quase o quádruplo do valor referente ao cargo originário. Sérgio, contudo, não cedeu a tais exigências. Houve então sua exoneração ad nutum. Após dois dias que retornou ao cargo originário, Sérgio foi também exonerado do cargo concursado, sem qualquer prévio aviso, sindicância, processo disciplinar interno ou coisa que o valha. Diante de tais fatos, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta, com base nas regras constitucionais sobre competência da justiça do trabalho.

- a) a ação trabalhista e a ação penal decorrente do assédio sexual que sofreu deverá ser feita na justiça do trabalho do local da prestação do serviço (município “X”), ou seja, onde os fatos ocorreram.
- b) a reclamação trabalhista questionando a exoneração arbitrária será na justiça do trabalho do município “Y”. Porém, tal justiça não terá competência para julgar o crime de assédio sexual.

c) a reclamação trabalhista questionando a exoneração arbitrária e a ação penal decorrente do assédio sexual serão na justiça comum estadual, respectivamente, na vara cível e vara criminal separadamente.

d) a ação trabalhista e a ação penal decorrente do assédio sexual que sofreu deverão ser ajuizadas na justiça comum federal do local da prestação do serviço (município “X”), ou seja, onde os fatos ocorreram.

Questão 77

Determinado empregado celebrou acordo extrajudicial com seu empregador, e pretende a homologação pelo juiz do trabalho da localidade. Nesta situação, é correto afirmar que as partes

- a) poderão dispensar a representação por advogado, tendo em vista o jus postulandi assegurado na legislação trabalhista.
- b) poderão ser representadas por advogado comum, desde que seja da estrita confiança de ambas.
- c) não poderão ser representadas por advogado comum.
- d) deverão ser representadas pelos respectivos sindicatos.

Questão 78

Em uma inicial movida por Andressa Suitta, portadora da gratuidade de justiça, houve a necessidade de realizar perícia técnica para verificação da exposição da reclamante a agentes insalubres e a referida perícia foi negativa, de modo que em sentença o Juízo julgou improcedente o pedido de adicional de insalubridade e condenou a reclamante ao pagamento dos honorários periciais. A partir dessa assertiva, com relação aos honorários periciais, é correto afirmar que são devidos pela

- a) Reclamante, vez que foi sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.
- b) Reclamante, sem possibilidade de parcelamento, vez que é beneficiária da justiça gratuita.
- c) União, de forma solidária, vez que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita.
- d) União, mesmo que a outros créditos deferidos à Reclamante, sejam suficientes para suportar o pagamento.

Questão 79

Kevin ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Bicos de Fim de Ano LTDA., requerendo o reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de adicional de insalubridade e verbas rescisórias. Após a instrução processual, inclusive realização de perícia, foi prolatada sentença reconhecendo o vínculo empregatício e condenando a reclamada ao pagamento das verbas rescisórias. O pedido de adicional de insalubridade foi julgado improcedente. A Secretaria certificou que no prazo legal houve somente a interposição de recurso ordinário por parte da reclamada. Assim, Kevin foi notificado e poderá:

- a) Apresentar somente contrarrazões ao recurso ordinário, no prazo de oito dias úteis.
- b) Interpor recurso adesivo quanto ao pedido de insalubridade, no prazo de oito dias úteis.
- c) Interpor recurso de apelação, no prazo de quinze dias úteis, contados da publicação da sentença.
- d) Interpor recurso ordinário quanto ao pedido de insalubridade, no prazo de oito dias úteis, contados da publicação da sentença.

Questão 80

Na reclamação trabalhista “X”, Ronaldo alega que prestou serviços na qualidade de empregado para a empresa “L” requerendo, dentre diversos pedidos, o reconhecimento do vínculo de emprego. Já na reclamação “Y”, Frederica alega que teve o seu contrato de trabalho celebrado com a empresa “B” rescindido sem justa causa, não tendo recebido as verbas rescisórias a que tinha direito. Em sede de contestação, a empresa “L” negou a prestação de serviços e a empresa “B” negou o despedimento. Nesses casos, o ônus de provar o término do contrato de trabalho nas reclamações trabalhistas “X” e “Y”, de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho

- a) é, respectivamente, de Ronaldo e da empresa “B”.
- b) é, respectivamente, da empresa “L” e de Frederica.
- c) é, respectivamente, da empresa “L” e da empresa “B”.
- d) é, respectivamente, de Ronaldo e de Frederica.

Estratégia
OAB

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

OAB